

Intervenção proferida pelo Deputado Duarte Freitas a 23 de Dezembro de 2010, por altura da discussão do Orçamento e Plano Regional para 2011

Exmo. Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A discussão orçamental anual assume-se verdadeiramente como o debate parlamentar sobre o estado da Região.

Politicamente, este é o momento nobre para o fazer.

Regimentalmente, esta é a oportunidade para o realizar.

Temos pois o ensejo e a ocasião de reflectir onde estamos, de onde viemos e para onde caminhamos.

Vamos aqui reflectir os Açores e a sua governação.

Contudo, mesmo numas ilhas em que a presença do Governo é tão sentida, senão demasiado sentida, não se avalia o estado da Região pela mera apreciação que se faz do Executivo.

Pois, se este é o Governo dos Açores, Açores não são do Governo.

A força dos açorianos deve estar na força da nossa sociedade e não na força do Governo.

A verdade é que temos tido um Governo sem dificuldades políticas face à maioria parlamentar conquistada nas urnas.

E também sem grandes dificuldades financeiras face aos montantes que têm sido basculados através dos meios ao seu dispor.

Mas não temos uma sociedade e uma economia forte.

A sociedade açoriana está pouco dinâmica e muito dependente.

Precisamos de libertar e incentivar a força criativa e empreendedora dos açorianos, em vez de a condicionar.

Precisamos dar verdadeira autonomia aos sujeitos da autonomia.

Apesar dos milhões do Governo, as famílias, particularmente as mais desfavorecidas, enfrentam dificuldades crescentes.

Quase 10% das famílias açorianas são assoladas pelo espectro do desemprego.

Temos 20.000 beneficiários do Rendimento Social de inserção.

Temos ilhas e concelhos em processo de desertificação.

Temos idosos que dependem mais e mais de apoios que são sempre, e cada vez mais, de menos.

Temos cerca de 20% de desemprego jovem.

Temos uma classe média cada vez com menores meios e receosa do futuro. Do futuro dos seus empregos, do futuro das suas reformas e do futuro dos seus filhos.

Temos empresas em dificuldades e sob a ameaça da insolvência e temos empresários que em vez de dedicarem os seus esforços ao investimento têm de se preocupar com a sobrevivência.

Não podemos por isto estar descansados ou até felizes porque o Governo vai ter um Orçamento. E um orçamento estável e bem fornecido, no meio de uma crise profunda e geral.

O bom para o Governo não é necessariamente o bom para os açorianos.

Mas o bom para os açorianos deveria ser o bom para o Governo dos Açores.

O Governo, isso sim, deve ajudar a construir soluções que melhorem a vida dos açorianos.

Infelizmente, a nossa sociedade, a nossa economia, as nossas famílias e as nossas ilhas passam por dificuldades.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Mais do que a análise dos números, dos mapas, dos articulados e da prosa dos documentos, devemos colocar nesta circunstância toda a nossa capacidade e empenho na descodificação política da estratégia que está subjacente à governação.

E para faze-lo temos de estudar não só os documentos propostos, mas toda a acção governativa, com os seus múltiplos e cada vez mais complexos, mecanismos de intervenção política.

Foi o próprio Governo que, por exemplo, alargou o conceito de Investimento Público para Investimento de Temática Publica.

Foi o próprio Governo que, por exemplo, encontrou novos mecanismos de acção política e de investimento fora da tradicional área pública.

Foi também o próprio Governo que, ao realizar despesa pública fora do Orçamento, obrigou a que se atente às responsabilidades financeiras futuras inerentes, também elas verdadeiramente públicas.

Temos pois outra administração pública fora do Orçamento.

Temos pois outro investimento público fora do Orçamento.

Temos pois outras responsabilidades financeiras públicas futuras fora dos documentos que nos são apresentados.

Por isso, temos pois, naturalmente, de nos debruçar também sobre este outro “publico” fora do “público” tradicional.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Temos uma máquina governativa, dentro e fora do governo, com excesso de gordura e deficit de eficácia.

Em 1997, o Governo Regional tinha seis membros e seis gabinetes.

Em 2010, o Governo tem doze membros e doze gabinetes.

Em 1997, o Sector Publico empresarial englobava 13 empresas, das quais o Governo controlava 3.

Em 2010, o Sector Publico empresarial engloba 63 empresas e grupos empresariais, dos quais o Governo controla 48.

Contudo hoje não notamos melhor governação, antes maior descoordenação.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Temos um modelo de governação com gastos excessivos e com um deficit de sustentabilidade.

De 1997 a 2010 os sucessivos governos regionais executaram quase mais de 18 Mil Milhões de euros.

De 1995 a 2006 os Açores beneficiaram de 7.616 euros per capita da União Europeia, mais 2.300 do que a Madeira e mais do dobro de todas as outras regiões ultraperiféricas.

Entretanto, de 95 a 2008, avançamos apenas 7 pontos percentuais em relação à média do PIB per capita da União Europeia, enquanto que, por exemplo, a Madeira no mesmo período avançou 30 pontos percentuais.

Dir-me-ão que muito se fez.

Dir-me-ão que estamos melhor do que estávamos.

É evidente.

Seria tão estúpido negá-lo como ridículo é sobrestimá-lo.

Com tanto dinheiro tem de se fazer obra e num período de 50 anos - que talvez esteja a chegar ao fim - em todo o mundo ocidental, temos vivido cada dia melhor do que o anterior.

O problema que enfrentamos é de sustentabilidade do nosso modelo e de resiliência face ao que nos espera.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

E temos uma estrutura de despesa pública que está a criar compromissos financeiros futuros em excesso, com um enorme deficit de transparência.

Pelos documentos do Orçamento podemos estimar que em 2011 a dívida directa e indirecta Região pode atingir os 855 milhões de euros.

Contudo, para conhecermos efectivamente os valores das responsabilidades financeiras futuras da Região, temos de estimar as quantias que irão pesar sobre os futuros orçamentos e que estão desorçamentadas.

Aqui verifica-se uma enorme opacidade e uma falta de informação pormenorizada e consolidada que merecem o nosso mais veemente protesto.

Os açorianos precisam saber toda a verdade acerca da despesa pública fora do Orçamento, pois ela representa responsabilidades financeiras futuras que terão de ser cobertas pelos dinheiros de todos nós.

O PSD pediu em Junho passado, há seis meses portanto, através de requerimento, informação acerca desta matéria.



Estivemos e continuamos à espera e perguntamo-nos: Porquê esta falta de transparência? Porquê esconder isto dos açorianos?

O PSD, responsabilmente, indagou por outras formas, cruzou informações e fez as contas:

Aos 855 milhões de euros de dívida directa e indirecta do Orçamento de 2011, devemos juntar cerca de mil e setecentos milhões de passivo do sector público empresarial regional, datados de Dezembro de 2009 e ainda 350 milhões das SCUTs.

Chegamos assim a valores próximos dos três mil milhões de euros.

Mesmo retirando o efeito duplicador de alguns avales e o Grupo EDA e SATA que têm características verdadeiramente empresariais e estimando crescimentos de passivos para 2010 e para 2011 consistentes com os últimos 3 anos, podemos concluir que a nossa factura geracional ficará acima dos dois mil e quinhentos milhões de euros, dos quais as dívidas a bancos representam 80%.

Revelamo-lo aqui com todo o sentido de responsabilidade e temos os documentos e as contas que podemos facultar aos açorianos em geral.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Face aos elevados montantes financeiros que tem estado ao dispor da Região e ao fraco desempenho em termos de aproximação aos níveis médios de desenvolvimento do espaço europeu em que nos inserimos, resulta claro que temos um problema de eficácia na aplicação dos dinheiros públicos que urge ponderar e corrigir numa altura de crise e em que se exige mais assertividade estratégica das políticas publicas.

Com os avultados montantes financeiros que temos tido ao nosso dispor é fácil fazer obra. Basta encomendar projectos e mandar executar.

Infelizmente, a falta de estratégia e a escassez de visão fazem com que, frequentemente, o objectivo político de um determinado investimento quase se esgote na sua inauguração.

Temos de ter estratégias correctas e investimentos consequentes.

Temos de colocar a eficácia e a sustentabilidade como elemento nuclear de toda a acção política.

Não precisamos de um Governo grande, mas de um Governo eficaz, mais pequeno e melhor articulado.

Não precisamos de tanto tacticismo politico-eleitoralista, mas de um projecto de desenvolvimento sustentável.

Precisamos de políticas públicas mais rigorosas e de melhor aplicação dos dinheiros.

A nossa realização política não deve estar apenas nos elevados montantes externos que conseguimos captar para os nossos orçamentos, mas sim na riqueza que conseguirmos potenciar para depender cada vez menos destes.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Neste debate queremos marcar uma posição de crítica mas também de alternativa e de propositura.

Confiamos nos açorianos e acreditamos que a sua força está na nossa sociedade e não na força do governo.

Com a crise que tem atingido tantos e tantos açorianos é incompreensível que o único a engordar seja o Governo.

A folga que perversamente a crise nacional deu ao Orçamento Regional deve ser devolvida aos açorianos. Às famílias e às empresas.

Vamos apresentar um pacote de 30 milhões de euros que pretende resolver esta injustiça e atenuar um pouco mais as dificuldades dos nossos cidadãos.

Mas não temos ilusões de que isto pode resolver os problemas da Região.

Estes são um permanente desafio que julgamos poder ser melhor abordado, com outra estratégia, com outros meios e com outro estilo de governação.

Mas não se pode exigir ou sequer esperar que um Governo de 15 anos tenha novas políticas, mesmo que o afirme quase como quem o deseja.

Outras políticas virão com outros políticos, se, e quando, os açorianos democraticamente o quiserem.

Disse